

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

João Victor Moreira Fialho

## **O PAPEL DA MÍDIA NA DITADURA MILITAR**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Jorge Gomes de Souza Chaloub

Juiz de Fora  
2019

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **João Victor Moreira Fialho**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número **201672016A**, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PAPEL DA MÍDIA NA DITADURA MILITAR**, desenvolvido durante o período de 11/03/2019 a 05/07/2019 sob a orientação de Jorge Gomes De Souza Chaloub, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

JOÃO VICTOR MOREIRA FIALHO

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# PAPEL DA MÍDIA NA DITADURA MILITAR

João Victor Moreira Fialho<sup>1</sup>

## RESUMO:

A mídia é um dos intercessores entre os fatos e a informação, a qual acaba sofrendo vieses do veículo que a transmitiu, podendo, sobremaneira, influenciar o pensamento e a opinião das pessoas que consomem o produto final. O objetivo do presente artigo é, através da análise de textos e de jornais, mostrar como a mídia atuou na ditadura militar brasileira, no período que a precedeu até o período de redemocratização do país. No artigo, serão abordados, a partir de bibliografia secundária, interpretações sobre os principais jornais do eixo Rio-São Paulo e a influência deles em uma série de conjunturas brasileiras, tais como: a crise de 1955, a renúncia de Jânio Quadros, a posse e queda de João Goulart, o início do regime militar, o momento após o quinto Ato Institucional (AI-5), e o período de redemocratização.

**ABSTRACT:** The media is one of the mediations between the facts and the information, which ends up suffering biases of the vehicle that transmitted it, being able to influence the way of thinking and the opinion of the people who consume the final product. The objective of this article is, through the analysis of texts and newspapers, to show how the media acted in the Brazilian military dictatorship, in the period that preceded it until the period of redemocratization of the country. In the article, will be approached, from secondary bibliography, interpretations on the main newspapers of the Rio-São Paulo axis and their influence in a series of Brazilian conjunctures, such as: the crisis of 1955, the resignation of Jânio Quadros, and the fall of João Goulart, the beginning of the military regime, the moment after the fifth Institutional Act (AI-5), and the period of redemocratization.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura. Militar. Regime. Mídia. Papel

## 1. INTRODUÇÃO

No início de abril de 1964, teve início o processo do que conhecemos hoje como a ditadura militar ou civil-militar. Após João Goulart assumir a presidência do país, o que ocorreu depois da renúncia de Jânio Quadros, os militares arquitetaram um golpe de estado. Mais precisamente, em 31 de março de 1964, os militares iniciaram a deposição de Jango e a tomada do governo. No dia 2 de abril, João Goulart retirou-se de Brasília para Porto Alegre e Ranieri Mazilli, do PSD, provisoriamente assumiu a presidência. Dois dias depois, João Goulart foge para o Uruguai. Os militares, então, tomaram o poder e deram início ao regime. A mídia teve um papel importante durante todo o processo, formando tanto um terreno propício para que o golpe acontecesse, quanto ajudando na posterior derrubada do regime. Neste artigo, serão revisados os fatos que levaram ao golpe, como também analisaremos, a partir de bibliografia secundária, o papel da mídia, em especial a grande mídia do eixo Rio-São Paulo, logo após o golpe, e depois da implantação do quinto ato constitucional (AI-5), até o período de redemocratização do país. Para fazer este trabalho, foram analisados os textos "*Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo*" pela autora, cientista política e historiadora Flávia Biroli, "*A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*" do autor, historiador e professor Rodrigo Patto Sá Motta, "*A Mídia Na Transição Democrática Brasileira*", da autora e doutora em sociologia pela universidade Paris V-Sorbonne, além dos jornais citados durante o texto, que podem ser encontrados na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

## 2. A CRISE DE 1955

É importante, antes de analisarmos o contexto da ditadura em si, contextualizar o cenário político que levou a ela. O texto *Jornalismo, democracia e golpe: A crise de 1955 nas páginas do Correio de Manhã e de O Estado de São Paulo*, de Flávia Biroli, busca abordar aspectos dos debates políticos que ocorreram na década

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: jvictorfialho@yahoo.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Jorge Gomes De Souza Chaloub

de 50, na segunda metade da mesma, com a eleição de Juscelino Kubitschek (PSD) e de seu vice João Goulart (PTB). A crise política constrói-se a partir da contestação do resultado que fora obtido nas urnas por parte do partido opositor (UDN) e os eventos seguintes a esse questionamento.

A autora chama a atenção para fatores importantes durante o processo eleitoral de 1955. Segundo ela, os candidatos que tiveram mais êxito nas urnas foram aqueles que, sob a ótica da UDN (União Democrática Nacional), representavam uma continuidade às práticas políticas do ditador Getúlio Vargas; no caso o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A oposição udenista, que tentava alinhar-se com os ideais políticos liberais, tendo em vista as frequentes vitórias dos rivais, recorreu diversas vezes, durante o período de vigência da democracia no Brasil, a tentativas de deslegitimar o curso que as eleições tomariam normalmente. Apesar de se apresentar como liberal, a oposição recorreu ao golpe, tendo em vista as tentativas frustradas de chegada ao poder, em especial à presidência da república, por vias democráticas.

Em seu texto, Biroli (2004) foca nos discursos e práticas que compuseram os confrontos políticos relevantes, evidenciando, portanto, os rumos e limites do processo democrático no Brasil naquela época. Esse tipo de abordagem resultou em relacionar problemas históricos específicos e posteriores eventos que vieram caracterizar a história política brasileira, principalmente no que se refere ao sustentáculo do pensamento político e aos discursos ideológicos que legitimaram a atuação da imprensa na política. Para a autora,

“a crise de 1955 não foi uma exceção. Nela estiveram, de um lado, parte considerável dos auto-proclamados liberais, contestando os resultados das urnas e procurando dar amparo e legitimidade a uma possível ação golpista; de outro, os herdeiros do ex-ditador e seus aliados, procurando garantir que o curso da democracia representativa não se alterasse e que a posse dos eleitos fosse realizada, o que se tornou possível por meio do contra-golpe (ou golpe, dependendo da posição assumida no decurso da luta política) desfechado pelo General Henrique Teixeira Lott”. (BIROLI, p.88, 2004)

Esse contexto acabou por ratificar a posse de Juscelino Kubitschek, eleito nas eleições presidenciais do mesmo ano.

Expressões, tais como “liberalismo doutrinário” e autoritarismo instrumental” são utilizadas pela autora, apoiando-se nas definições do autor e cientista político, Wanderley Guilherme dos Santos, para evidenciar as duas tradições políticas que, para ele, teriam sido mais frequentes na história do Brasil. O autoritarismo instrumental consistia no recurso ao estado autoritário, com o objetivo de se atingir uma organização política, de tal forma que a esfera jurídico política encontrasse eco na formação histórica da nacionalidade. Contudo, não era descartável, para a autora, a possibilidade de que, por meio do autoritarismo, ainda fossem construídas importantes condições tidas como necessárias para uma organização democrática, mesmo que bastante restrita. O liberalismo doutrinário, definido por Santos, pode ser ilustrado durante a primeira república, pela orientação política do polímata brasileiro Rui Barbosa. Diz respeito ao modo de inserção dos ideais liberais na luta política brasileira, principalmente a partir do século XIX, tendo como característica principal, a crença de que a formulação e a execução de regras legais adequadas produziriam as reformas políticas e sociais necessárias. Segundo Biroli (2004), tais reformas, de acordo com os fatores predominantes nesse pensamento até 1930, poderiam tornar-se possíveis através dos meios liberais, entre eles, a pressão da opinião pública e resultados eleitorais que expressassem a desaprovação de práticas vigentes, como por exemplo, a corrupção, o coronelismo e o nepotismo.

Podemos dizer que a constituição de 37 abriu precedentes para as demandas determinadas pelo autoritarismo. Durante o período em que esse regime ocorreu, é possível ver o conflito político entre as forças autoritárias, formado por um Estado centralizado que recorria a ameaças e violência, e de outro lado, via-se a oposição que se opunha, em graus e formas variadas, a essa ordem.

De acordo com Biroli (2004), mesmo com a queda da ditadura em 1945 e a polarização entre varguistas e antivarguistas no que se segue, como vimos, os liberais foram derrotados inúmeras vezes nas urnas. Além das derrotas, os antigos atores vinculados ao autoritarismo retornam nos “braços do povo”. ou seja, Vargas retorna à presidência em 1950 através das urnas. Para Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 99 *apud* Biroli, 2004, p.89), o antivarguismo sustentava-se na ideia de que os partidos criados por Vargas, juntamente com a interação da sociedade da época, apoiaram-se na concepção de que apenas políticos que se submetessem à corrupção teriam a possibilidade de vencer. Ou seja, para eles, a probabilidade de se obter sucesso com aquele sistema não existia. Assim, diante da falta de legitimidade observada pelos antivarguistas,

era correto que se recorresse a derrubada desse sistema, mesmo que para isso fosse necessário utilizar meios violentos.

Admitida, então, a ilegitimidade do sistema, os grupos políticos, inclusive os liberais (doutrinários ou não) passam a agir para que o mesmo fosse destruído. A UDN então, caminharia para o que conhecemos como o golpe de 1964, que submeteria ao exílio até mesmo liberais conservadores que ajudaram a derrubar o antigo regime e para a interrupção da presidência de João Goulart. Uma hipótese, retomando Biroli (2004), é de que outra característica a se levar em consideração sobre às linguagens e tradições políticas presentes nas elites e nas práticas políticas da época precedente do período de 1964, é a falta de crença na racionalidade do povo, além do desprezo pela política, no que diz respeito a seus elementos de confronto e luta. Esses pensamentos, presentes no autoritarismo, também estavam presentes nas práticas políticas das elites liberais.

## 2.1 CRISE DE 1955 À PARTIR DA GRANDE IMPRENSA DO EIXO RIO-SÃO PAULO

Exemplos que sustentam a crença na irracionalidade das massas e noções deturpadas da política podem ser analisadas a partir dos jornais em circulação da época, do eixo Rio-São Paulo. A autora trabalha com dois jornais daquele período, o *Correio da Manhã* e o *Estado de São Paulo*, que ocupavam protagonismo durante a crise em torno das eleições envolvendo Juscelino Kubitschek e João Goulart. De um lado, O *Estado de São Paulo*, associado à União Democrática Nacional, e opositor de Getúlio Vargas, foi contrário a todo processo eleitoral dos candidatos filiados ao PSD e PTB, respectivamente. Por outro lado, o *Correio da Manhã*, apesar de estar consoante com O *Estado de São Paulo* no que se diz respeito à oposição a Vargas e ao varguismo em si, em 1964, apoiou no ano seguinte, a candidatura de JK, onde então haveria participação do jornalista Álvaro Lins. Outro jornalista que teve participação no vínculo entre governo e o jornal foi o jornalista Augusto Frederico Schmidt, que era articulista do CM e defendia também, a candidatura de JK e Jango, atuando longamente como conselheiro privado do Presidente.

Logo antes das eleições de 55, Schmidt, pelo *Correio da Manhã*, demonstrando ainda mais seu apoio a JK, destacava a indignação do povo, que estaria cansado da política, querendo um basta aos conflitos e polemias e sugeria que o novo governante do país teria que fazer algo para livrar a população das influências político-ideológicas das elites. Biroli (2004), dessa maneira, evidencia o fato de que para colocar em prática o "tempo novo" de trabalho, ao invés de demasiadas e desnecessárias discussões políticas (conforme os ideários de Schmidt), dever-se-ia ter em conta dois pressupostos, o de que o excesso da política implicaria em uma desqualificação da mesma, juntamente com atraso e desordem, e de que a discrepância entre as elites e a realidade impediria o desenvolvimento. Durante o ano de 1955 foi comum ver nos textos de Schmidt esse tipo de comentário em artigos que publicava, reforçando seu desprezo pela política. O jornalista referia-se aos udenistas como homens de bravura, porém não cientes aos problemas que o país enfrentava. Schmidt, de acordo com o jornal em que publicava, também defendia o curso normal das eleições além de apoiar a candidatura de JK, diferentemente dos udenistas, que eram favoráveis à Juarez Távora, militar e político brasileiro, e às articulações golpistas.

O *Estado de São Paulo*, em oposição ao *Correio da Manhã*, não era favorável ao curso normal das eleições e frequentemente apoiava o golpe como recurso político. O jornal se mostrava próximo a vários dos argumentos udenistas. Segundo Adauto Lúcio Cardoso, famoso político udenista, havia um amoralismo das massas, que eram despreparadas, de modo que os eleitores sempre votariam no pior candidato possível. Seria, necessário, conforme seus preceitos, refletir acerca da educação das massas, corrompidas pelos ideais varguistas e por meio da censura da imprensa. Segundo o texto de Biroli (2004), formulações semelhantes à essas também foram reproduzidas pelo articulista do *Estado* e também um dos fundadores da União Democrática Nacional, Wilson Martins, em comentário ao livro *A crise da democracia e a reforma eleitoral* (1955) de Rui Bloem. O jornalista mostrou reações ambíguas acerca das ideias de Bloem, porém, diferentemente do autor, o articulista acreditava que os problemas estavam relacionados à crise na democracia e não no código eleitoral de 1950 e em seguida faz uma colocação:

“Wilson Martins refere-se a um livro de sua autoria, *Introdução à democracia brasileira* (1951), em que, segundo ele mesmo definiu no artigo publicado em O *Estado de S. Paulo*, defendeu a ideia de que não existe um mal intrínseco às formas de organização política, aos regimes, com ênfase para o regime democrático; o problema estaria na aplicação e na

conformação desses regimes às sociedades: "a conclusão inevitável é a de que 'cada povo tem o regime que merece', neste sentido de que cada um o conforma e pratica na linha de sua própria mentalidade, do seu próprio avanço espiritual, do seu efetivo grau de civilização" (A CRISE DA DEMOCRACIA, 1955, p. 8). O eleitor brasileiro tinha, nessa perspectiva, um código eleitoral que correspondia a seu estágio de desenvolvimento político: voto personalista, em busca de líderes iluminados ou providenciais, de que Vargas teria sido o maior exemplo. Martins concordava com Bloem no sentido de que seria necessário um código que atenuasse o personalismo na política brasileira, por meio, entre outras coisas, da instituição do voto de legenda, procurando também corrigir problemas na representação dos partidos no Legislativo". (BIROLI, 2004, p.92)

Wilson também acreditava que o povo brasileiro não estava preparado para uma democracia, como outros povos estariam, como é explicitado no seguinte trecho:

"a conclusão inevitável é a de que 'cada povo tem o regime que merece', neste sentido de que cada um o conforma e pratica na linha de sua própria mentalidade, do seu próprio avanço espiritual, do seu efetivo grau de civilização" (SANTOS, 1955, p. 8 *apud* BIROLI, 2004, p. 92).

### 3. PERÍODO INICIAL DA DITADURA MILITAR RETRADADO NA GRANDE IMPRENSA (RIO-SÃO PAULO)

Para o período inicial da ditadura, é interessante analisarmos o texto *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: (1964-1969)* de Rodrigo Patto Sá Motta. O texto em questão tem por objetivo mostrar os diferentes posicionamentos da mídia diante da ditadura militar através de diferentes representações, tanto visuais como verbais, sobre o AI-5.

Segundo o texto, aparentemente, quase toda a mídia que possuía mais influência apoiou a intervenção militar. Contudo, o apoio não ia totalmente ao encontro do pensamento da extrema direita, que pretendia atacar as instituições liberais em nome da segurança e da ordem. Em sua maioria, os jornalistas se mostravam liberais. Por isso as relações da imprensa com o regime foram dissonantes e ambíguas, oscilando entre o apoio e a crítica. No texto foram estudados 6 periódicos (eixo rio-são Paulo), sendo estes escolhidos devido a sua grande capacidade de circulação, que somava 20% dos jornais de todo o país, dado que cada exemplar era lido por até 4 pessoas, o que aumentava ainda mais a influência exercida sobre a população civil.

As pesquisas relacionadas à imprensa começaram a ganhar mais força recentemente, com o avanço das faculdades e os cursos de pós-graduação. Os trabalhos, entretanto, ainda focariam na imprensa de apenas uma capital ou em apenas um jornal, além da maioria dos trabalhos serem voltados à imprensa alternativa que era contrária ao movimento militar.

Os jornais analisados foram: O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Última Hora, O globo, Folha de São Paulo e Jornal do Brasil. A maioria deles criticavam a censura e se apresentavam como simpáticos às ideias liberais e democráticas, a exceção dos três últimos que apoiaram o golpe deliberadamente.

Nas primeiras charges apresentadas no texto, tem-se críticas ao novo regime militar que ora se instaurava por parte do chargista, Claudius, o qual se mantinha contrário aos valores do Jornal Do Brasil e, por isso, após ter suas charges cada vez mais escassas nos diários, acabou saindo e indo em busca de jornais que compartilhassem de seu perfil. No caso da FSP, houve bastante entusiasmo acerca do regime, e os desenhistas do jornal retratavam Castelo Branco como sendo capaz de impedir que houvesse um aumento no autoritarismo que estava à espreita, pressionando-o nesse aspecto.

Segundo o autor, o Estadão apoiou a ditadura, porém de forma breve, defendendo que o regime ficasse no poder apenas por poucos anos até que certas ideologias fossem erradicadas, e assim, reestabelecendo a democracia. O Estadão, portanto, não concordava com medidas autoritárias e com mudanças na constituição. As charges abordadas no texto começam mostrando simpatia por Castelo Branco, além de apoio em relação a erradicação de certos elementos considerados nocivos para a nação, como sindicatos, comunismo, servidores públicos e UNE (União Nacional dos Estudantes). Posteriormente, o jornal se afastou de Castelo Branco, até mesmo aproximando-o de Jango em uma de suas Charges, no que diz respeito ao projeto do voto dos analfabetos. A FSP também se afastou posteriormente de Castelo Branco, porém pelo fato de o

governo estar tomando medidas autoritárias. Nesse sentido o jornal apostou em criação de charges representando queima de livros (intolerância às ideias) e a censura e edição da imprensa partindo do governo.

O Jornal do Brasil também se mostrou contrário ao governo no que se trata do autoritarismo, o qual se tornou mais evidente em 1965 (Lei de Imprensa, Constituição, Lei de Segurança Nacional). O jornal O Globo foi o que mais apoiou a ditadura, ou, como gostava de chamar, a “revolução”. O jornal criou manchetes sensacionalistas, acusando o regime anterior e mostrando calamidades sobre o comunismo e glorificando o novo regime, que traria a ordem e o progresso, além de apresentar a suposta revolução como uma era de honestidade e decência. O Globo também, diferentemente dos outros jornais, continuou mais fiel a Castelo Branco mesmo depois do AI-2 e de outros fatores mais autoritários do novo governo.

O sucessor de Castelo Branco, Costa e Silva foi recebido com várias representações caricatas pelos diários, enfatizando sua fraqueza em relação à Castelo Branco, mas logo foi sendo aceito quando propôs dialogar com a oposição, o que não agradou O Globo, pois o mesmo achou que o mesmo deveria governar com a situação para não acabar enfraquecendo o partido.

Segundo Motta (2013), no bloco minoritário estão os diários Última Hora e Correio da Manhã, que eram fortes opositores ao regime militar, apresentando várias críticas desde o seu começo, além de também serem suscetíveis a argumentos da esquerda, o que para o autor, fazia sentido, já que o Última Hora pertencia aos derrotados em 1964. Conta o autor que o Última Hora foi criado no ano de 1951 para apoiar Getúlio Vargas e, logo em seguida, tornou-se janguista e foi a favor das posições de esquerda nacionalistas no período que antecedia o golpe, sofrendo então, repressão direta. Nos primeiros dias de abril, o jornal teve suas dependências invadidas e depredadas, o que foi até representado em uma charge de Jaguar, na edição de 4 de abril de 1964. Como é ressaltado no texto, o novo quadro desencadeou dificuldades políticas e econômicas para o proprietário Samuel Wainer, que em 1965 acabou com as empresas subsidiárias e só manteve a matriz carioca. Apesar das preocupações comerciais e empresariais de Wainer, no Última Hora, depois do golpe, continuaram a pontuar chargistas e jornalistas que eram mais tendentes às esquerdas. Diz o autor que, segundo as memórias de Wainer, o mesmo desejava uma linha editorial que fosse mais amena para que se pudesse evitar conflitos com os militares, porém seus auxiliares não o obedeciam sempre nessa questão. Primeiramente com Jaguar e posteriormente com Henfil e Claudios, os discursos visuais do Última Hora denunciaram, de forma mais ferrenha as prisões, perseguições políticas e torturas que aconteciam nos quartéis. De acordo com o texto, o Correio da Manhã, mesmo tendo sido favorável a derrubada de Jango, logo se contrapôs à ditadura e a sua repreensão. Fez isso denunciando a violência dos militares e o terrorismo da direita arduamente em suas charges, contando com uma equipe contra o regime (Fortuna, Jota, Claudius, Mem de Sá, Rajão, Senna, Redí). Também foram publicados desenhos favoráveis às manifestações que ocorriam contra os militares. Ou seja, o CM era claramente contrário à ditadura e expunha isso de forma notória em seus diários. Os jornais FSP, JB e OESP, que tinham um posicionamento mais conservador, continuaram apoiando a ditadura. Apesar disso, começaram a criticá-la de forma mais dura, tendo como referência o aumento da repressão e da violência em 1968. Os ataques, ainda assim, não eram tão duros quanto os promovidos pela UH e CM, além de que as críticas estavam voltadas a Costa e Silva e seus auxiliares, acusando-os de serem inoperantes. Outro fator que passou a entrar na pauta dos chargistas desses diários, que não existia em 1964, eram as críticas às forças de repressão do governo militar. O OESP teve uma diferença notável nos discursos, nos quais, apesar de ainda continuar com seu tom conservador e anticomunista, passou a criticar e se posicionar contra o autoritarismo que vinha crescendo em 1968. As charges, que antes procuravam mais dureza nos expurgos do governo, passaram a atacar o autoritarismo por se afastar dos ideais de março e a criticar Costa e Silva pelo desprezo à democracia.

De acordo com Motta (2013), após o decreto do AI-5, a liberdade da imprensa foi tomada pela censura do governo. Censores eram estabelecidos nas principais redações para checar o conteúdo que ali era criado e publicado. O Estadão, com críticas mais pesadas ao regime, teve uma de suas edições apreendidas, pois Júlio de Mesquita Filho, em um de seus textos, criticou duramente o governo Costa e Silva. O jornal Do Brasil fez críticas leves ao governo, construindo críticas que não fossem muito pesadas e que fossem mais cautelosas, clamando pelo retorno do estado de direito. O Folha de São Paulo foi mais simpático ao novo presidente, tendo até uma charge amigável ao presidente Médici, que prometia reestabelecer de forma sutil a normalidade democrática no Brasil. O Globo foi o jornal mais simpático ao AI-5, pois poderia ser uma ferramenta útil, se usada com cautela. Além disso, o jornal também era cauteloso para não provocar os ideais liberais, devido às suas características mais conservadoras. Os editores do UH e CM tentaram enganar a censura, mas foram presos por publicar críticas sem mostrar as provas da impressão para os oficiais de plantão, e combinando um cerco financeiro da ditadura com o acirramento da concorrência, Última Hora e Correio da manhã faliram.

Com esse cenário da ditadura decorrentes de 1968 e 1969, os jornais com medo da repreensão militar começaram a deixar de lado o aspecto político de suas matérias e focar em coisas mais corriqueiras e banais. Os jornais políticos praticamente deixaram de existir, mas alguns chargistas ainda conseguiam, de formas muito sutis e alegóricas, representar críticas ao regime que passavam despercebidas. Nos primeiros meses de golpe, a maioria dos grandes jornais apoiava e recebia de braços abertos o novo regime, mas após o estabelecimento da censura, e da repressão, os jornais começaram a ficar descontentes com a falta de liberdade que possuíam. À exceção do UH e do CM, todos os jornais se acomodaram de alguma forma ao regime, isso colaborou para que o regime tivesse mais força e tivesse mais continuidade.

#### **4. A MÍDIA DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1974-1989)**

Entre os anos de 1974 e 1989 acontece o que denominamos como a transição democrática brasileira, momento em que o regime autoritário gradativamente transita para a democracia. Segundo o texto de Abreu (2005), quando o general Ernesto Geisel se tornou presidente do país, começou a ser colocado em prática um projeto de abertura política e, no ano de 1989, quando Fernando Collor fora escolhido como presidente pelo voto direto, a transição democrática foi efetivada.

“A efetivação da democracia ocorre, de acordo com Linz e Stepan (1996: 21-22), quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando a obter um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem de fato a autoridade de gerar novas políticas; quando os poderes executivo, legislativo e judiciário criados pela nova democracia não têm que, de jure, dividir o poder com outros organismos.” (ABREU, p. 53, 2005)

Tendo isso em conta, pode-se dizer que a liberalização de um regime arbitrário não significa, necessariamente, a transição para um regime democrático, visto que o primeiro representa mais tolerância à oposição, a ideias contrárias, segurança dos indivíduos, menos censura, mas sem garantir que os governantes sejam eleitos via processos competitivos livres como ocorre em um regime democrático. É importante, segundo a autora do texto, analisar esse período levando em conta o papel da mídia.

Como vimos no segundo tópico, durante o período autoritário, com a implantação do AI-5, os portais de mídia sofreram censura por parte da ditadura, onde tudo era revisado antes de ser publicado, de certa forma, banalizando o conteúdo dos mesmos durante esse período. A autora pontua que, durante esse período, os militares também adotaram uma espécie de política de modernização dos meios midiáticos, e ao lado dessa censura, a modernização exercia um papel estratégico que estava ligado à ideologia de segurança nacional. De acordo com o texto, na lógica de um Estado que era uma espécie de centro que propagava as atividades políticas fundamentais, era necessário que houvesse um tipo de sistema de informação que conseguisse integrar o país, e um dos marcos desse projeto foi a fundação da Embratel, no ano de 1965. A Embratel é uma empresa brasileira de telecomunicações e foi pioneira na instalação da rede básica no Brasil. No mesmo ano foi fundado também, o ministério das comunicações e 7 anos mais tarde, em 1972, a Telebrás, empresa federal que era responsável por coordenar os serviços de telecomunicação no território brasileiro.

Abreu (2005) explica que a Embratel, com sua tecnologia, promoveu um terreno propício para a consolidação das redes de televisão no Brasil, que em 1970 se tornaram, o que pode ser considerado um meio de comunicação em massa, e particularmente da TV Globo, que entrou no mercado 5 anos antes e se tornou, segunda as palavras da autora, uma grande empresa capitalista. O regime militar utilizou, nessa época, artifícios como campanhas e propagandas que acabavam apelando para a sociedade no que seria um projeto para legitimar o regime militar através da eficácia da economia e racionalidade da administração, fazendo então a população crer que o regime alavancaria o país a nível de uma potência mundial.

As empresas midiáticas, por um lado, foram beneficiadas durante o regime e o período de modernização, recebendo financiamento para abrir novas sedes com mais maquinaria, o que as permitiu expandir as redações. A autora ressalta que 30% das receitas dependiam do Estado. De acordo com o texto, e como visto anteriormente, grande parte dos grandes jornais apoiaram o regime militar, muitos chegando a participar ativamente da derrubada de Jango, como foi o caso do Estado de São Paulo, Correio da Manhã, entre



outros, chegando inclusive a incluir militares e civis para uma conspiração contra o governo. Os militares, mesmo com o apoio, ainda continuavam censurando os portais de informação, porém sem assumir tal censura, sendo inclusive, proibido denunciá-la. Os militares diziam que era preciso permanecer no poder para que assim houvesse a possibilidade de voltar com o governo democrático que havia sido ameaçada pelos comunistas. A mídia, depois do AI-5, se afastou gradativamente na medida em que, segundo a autora, a censura tornava-se de praxe.

De acordo com Abreu (2005), o Estado de São Paulo chegou a fazer uma campanha contra essas medidas que o governo tinha estabelecido, o que gerou a prisão de vários jornalistas e criou uma situação de medo entre os mesmos, levando à autocensura. Os proprietários dos jornais e dos meios midiáticos dependiam economicamente do estado e por isso tiveram que se submeter à censura, o que acabou deixando morna a oposição, conclui a autora. No texto, se ressaltava também fato de que os membros da imprensa se criticavam ao invés de se unirem para combater o regime de repressão.

Esse cenário permaneceu até o ano de 1974, quando, segundo a autora, começa a transição para a democracia, quando então o general do exército Ernesto Geisel apresentou a proposta de gradativamente liberar a política da ditadura. A proposta em questão teria a finalidade de recuperar a legitimidade do regime. Durante esse período (já em 1975), apesar de o regime acabar com a censura ao jornal O Estado de São Paulo, ainda permanecia a censura à revista Veja, que só um ano mais tarde teve a censura suspensa. O texto destaca que o ministro da justiça da época, Armando Falcão, era contrário à abertura de Ernesto Geisel, e levou ao mesmo a ideia de fazer o levantamento das dívidas que a imprensa tinha com os órgãos públicos e com os bancos, tanto públicos quanto privados, como uma forma de ainda manter certo controle sobre a mídia. Geisel se mostrou favorável a essa proposta. Além da proposta de Falcão, diz Abreu, o serviço nacional de informação mostrava preocupação ao general, devido a supostas infiltrações de comunistas nos principais jornais do eixo Rio-São Paulo, que por meio de instruções do movimento acabariam, supostamente, por influenciar a opinião pública brasileira.

O enfraquecimento e o desgaste das instituições representativas foi outro aspecto que dificultou o retorno à democracia e o estabelecimento de novos agentes políticos foi necessária. O presente texto destaca que o milagre econômico, que aconteceu entre 1968 e 1974, possibilitou o aparecimento de associações de interesse, que cresceram consideravelmente durante esse período. Esses setores que surgiram, juntamente com o movimento sindical, tiveram papel crucial nas reivindicações pelo fim da ditadura. Diversas instituições, incluindo as midiáticas, atuaram nesse período como influenciadoras e como frente de oposição, defendendo o retorno de um governo democrático e apoiando a abertura política, que havia sido proposta por Geisel. O general, como é ressaltado no texto, utilizou a imprensa no período de resistência dos militares para divulgar as dissonâncias entre sua proposta de abertura e os militares que se opunham a ela, impedindo então que a "linha dura" tivesse meios de manipulação da informação.

Abreu (2005) conta que a liberalização da imprensa serviu para que os jornais pudessem divulgar a corrupção que existia na administração pública, em processo que valorizou o jornalismo investigativo na imprensa. A mídia teve um papel muito importante no processo de liberação, em 1974, no período das eleições legislativas, pois a mesma permitiu que a oposição tivesse acesso aos meios de comunicação, fortalecendo então o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), já que teve a possibilidade de mostrar ao público as denúncias e atos de corrupção existentes dentro do regime. A autora enfatiza que o jornal O Globo, que anteriormente havia apoiado a ditadura, dessa vez estava do lado da oposição e deu cobertura ao MDB. A atitude se deve ao fato de Roberto Marinho, proprietário da empresa, apoiar a abertura que fora promovida pelo general Geisel, que, de certa forma, desviava das posições políticas do mesmo.

O apoio da mídia auxiliou a vitória do Movimento Democrático Brasileiro sobre a Arena (partido dos militares). Isso funcionou graças ao fato de que a modernização e o aumento da população urbana levaram ao crescente número de pessoas com acesso a televisão, e logo, tiveram mais acesso à informação. Os militares, entendendo que a mídia poderia ser um grande inimigo ao governo, afirma a autora, para evitar uma outra derrota nas eleições municipais no ano de 1978, criaram a Lei Falcão, a qual garantia controle sobre e limitações em relação as propagandas eleitorais, tanto na televisão quanto no rádio, e por causa disso, venceu o MDB nessa época. Segundo a autora, um outro fator que foi importante no processo de redemocratização foi a política do presidente democrata dos Estados Unidos, Jimmy Carter, que previa um afastamento em relação aos países que desrespeitavam os direitos humanos.

De acordo com o texto, entre 1979 e 1985, final do governo do general Geisel e no decorrer do governo do general Figueiredo, após perceberem que havia uma tendência de aumentar a função das empresas estatais, devido ao segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, os empresários foram posicionando-se contra

a permanência dos militares no poder, e isso foi divulgado em massa pela imprensa na época, mostrando o desagrado dos empresários em relação à política de grandes investimentos estatais e também, segundo a autora, aos investimentos das multinacionais. A imprensa também teve um papel importante no dia 30 de abril de 1981, no centro de convenções Riocentro, quando um carro explodiu em razão de uma bomba detonada antes da hora, matando um sargento do exército e ferindo um capitão. Com isso, os jornais fizeram um trabalho de investigação que apontou que o atentado tinha vindo, na verdade, por parte dos militares para causar pânico, mortes, tentar incriminar a esquerda e atrasar o processo de democratização.

A mídia voltou a ser fundamental durante o movimento das "Diretas Já", movimento que defendia o voto direto para presidência do país. Ela serviu para divulgar em larga escala o movimento político, que influenciava a população na adesão à causa. De acordo com o texto, o jornal Folha De São Paulo havia se destacado no que diz respeito a contribuição para a causa. As manifestações eram divulgadas pela coluna "Roteiro das Diretas" que trazia uma importante cobertura das atividades. A Globo, de Roberto Marinho, também havia cedido à causa a favor do movimento e, segundo a autora, cobriu importantes eventos, como o comício que ocorreu na Candelária, No Rio. Essa presença da mídia, amplificando os efeitos dos movimentos e manifestações, influenciando a opinião pública, foi um dos fatores que, em um momento ajudou na derrubada de Jango, e no outro influenciou a derrubada do regime militar no país. Nesse sentido, a Rede Globo foi a mais reticente em ceder ao apoio à queda da ditadura, visto que, na manifestação pró "Diretas-Já", ocorrida na praça da Sé, em 1984, decidiu omitir o evento e desviar o real motivo do movimento, alegando se tratar da comemoração do aniversário da capital paulista.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos textos, observamos que a mídia teve um papel fundamental no período histórico abordado, tendo influenciado na crise que precedeu a ditadura e na contestação dos resultados nas urnas, tentando, de alguma forma, legitimar um golpe de estado, mesmo que através de violência. A mídia também teve um notório papel no período inicial da ditadura, em que uma grande maioria dos grandes jornais apoiaram o golpe em primeira instância, com algumas exceções. Após a implementação do AI-5, os jornais foram calados, porque os militares sabiam da capacidade da mídia como influenciadora e manipuladora das massas, o que se configuraria como risco ao poder do regime. Fato esse, observável durante o período de redemocratização, quando o então general Ernesto Geisel dá início à abertura política, acarretando menos repressão. Dessa forma, a grande imprensa começa a divulgar a corrupção e violação dos direitos humanos, além de transmitir os atos e protestos para as massas, moldando a opinião pública, e pressionando o governo até que, finalmente, os votos diretos para a presidência são concedidos à população. Diante do exposto, traz-se reflexões acerca das condições que envolveram tanto a ascensão do regime militar, quanto sua decadência. Sob uma ótica social, política e econômica, notamos que relações mais complexas de interesses tomaram campo, manifestando-se por parte da mídia, que agia e age conforme esses interesses. Não é estranho, então, que presenciemos nos dias atuais um comportamento midiático que, quando conveniente a seus propósitos, promova incessantemente determinado assunto, como observado na "demonização" do Partido dos Trabalhadores (PT), que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Podemos concluir, portanto, que é grande a capacidade de influência dos veículos midiáticos, que podem realizar um jogo de omissão ou demasiada exposição, enfim, manipular informações conforme sua conveniência.

## REFERENCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, Problemas e Práticas** [online]. 2005, n.48, pp.53-65. ISSN 0873-6529.

BIROLI, Flávia. Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de S. Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], n. 22, p.87-99, jun. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782004000100008>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi (rio de Janeiro)**, [s.l.], v. 14, n. 26, p.62-85, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x014026005>.